



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

### **LEI Nº 1.870 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022**

“ESTABELECE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, ESTIMANDO A RECEITA E FIXANDO A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ABADIA DOS DOURADOS PARA O EXERCÍCIO DE 2023”

O Prefeito do Município de Abadia dos Dourados, Estado de Minas Gerais, com fundamento nos incisos I e III do art. 70, da Lei Orgânica do Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Orçamento do Município de Abadia dos Dourados para o exercício de 2023, que estima a receita em R\$ 51.500.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos mil reais) e fixa a despesa em igual valor.

Art. 2º. A estimativa da receita está fundamentada na previsão de arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, obedecendo ao seguinte desdobramento:

#### **EXECUTIVO MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

<b>1.0 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>45.944.749,43</b>
1.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	4.120.562,53
1.2 - Receita de Contribuição	89.796,88
1.3 - Receita Patrimonial	171.036,52
1.4 - Receita Agropecuária	0,00
1.5 - Receita Industrial	0,00
1.6 - Receita de Serviços	5.078,00
1.7 - Transferências Correntes	41.484.835,14
1.9 - Outras Receitas Correntes	73.440,36
<b>2.0 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>11.393.287,96</b>
2.1 - Operações de Crédito	2.249.898,44
2.2 - Alienação de Bens	4.998,44
2.4 - Transferências de Capital	9.138.391,08
2.5 - Outras Receitas de Capital	0,00
<b>CONTA REDUTORA DO FUNDEB</b>	<b><u>-5.838.037,39</u></b>
<b>SOMA RECEITA EXECUTIVO MUNICIPAL</b>	<b>51.500.000,00</b>



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

Art. 3º. As despesas serão realizadas de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos, distribuídas por órgãos da Administração, e conforme o seguinte desdobramento:

### a) - DESPESA POR FUNÇÕES

Legislativa	1.600.000,00
Judiciária	0,00
Administração	6.066.477,22
Assistência Social	1.374.750,00
Previdência Social	273.000,00
Saúde	11.312.755,85
Trabalho	0,00
Educação	13.954.000,00
Cultura	698.900,00
Urbanismo	7.509.665,88
Habitação	151.500,00
Saneamento	438.000,00
Gestão Ambiental	154.651,05
Agricultura	821.000,00
Indústria	0,00
Comércio e Serviços	4.200,00
Comunicações	0,00
Energia	23.000,00
Transporte	5.735.100,00
Desporto e Lazer	341.000,00
Encargos Especiais	942.000,00
Reserva de Contingência	100.000,00
<b>SOMA</b>	<b>51.500.000,00</b>

### b) - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

<b>3.0 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>36.734.813,73</b>
3.1 – Pessoal e Encargos Sociais	19.302.597,87
3.2 – Juros e Encargos da Dívida	298.250,00
3.3 – Outras Despesas Correntes	17.133.965,86
<b>4.0 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>14.665.186,27</b>
4.1 – Investimentos	13.765.186,27
4.2 – Amortização da Dívida	900.000,00
Reserva de Contingência	<b>100.000,00</b>



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

superávit	
<b>SOMA</b>	<b>51.500.000,00</b>

Art. 4º. A aplicação dos recursos discriminados no artigo 3º far-se-á de acordo com a programação estabelecida para as unidades orçamentárias, aprovadas nos anexos componentes da presente Lei.

Art. 5º. Durante a execução orçamentária, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) das despesas fixadas nesta Lei, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, mediante decreto do Executivo, podendo para tanto:

a) anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias, conforme disposto no inciso III, §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

b) utilizar o excesso de arrecadação na forma do §3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

c) utilizar o superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, na forma do §2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64;

§ 1º. As fontes de recursos aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se devidamente publicadas por meio de ato do Poder Executivo.

§ 2º. Não oneram o limite expresso no *caput* deste artigo, até o limite de mesmo percentual do *caput* deste artigo, os créditos adicionais destinados a suprir insuficiências das dotações inerentes às seguintes despesas:

I - com pagamento da dívida pública, de precatórios e de sentenças judiciais, bem como os créditos à conta da dotação Reserva de Contingência e aqueles destinados à contrapartida a convênios, acordos e ajustes;

II - com pessoal e encargos;

III - que exigem adequações de fontes e destinação de recursos para fins de atendimento às alterações na legislação, inclusive os saldos financeiros remanescentes do exercício anterior, redefinindo o grupo da fonte e destinação de recursos ou inclusão, transferência ou movimentação de fontes e destinação de recursos;

IV - a serem pagas com recursos vinculados, quando utilizarem como fonte e destinação de recursos o saldo financeiro desses recursos;

V - que exigem alterações da modalidade da despesa e do identificador de procedência e uso.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

§ 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar movimentação de Fontes e Destinação de Recursos nas dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias.

§ 4º. Não será aprovado projeto de lei que implique no aumento das despesas orçamentárias, sem a indicação das fontes e destinação de recursos.

§ 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover durante a execução orçamentária de 2023, a movimentação das fontes de recursos constantes desta Lei, previstas na arrecadação de receitas e fixação das despesas, da seguinte forma:

I – Inclusão de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstas na estimativa da receita para 2023;

II – Transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstas na estimativa da receita para 2023;

III – Inclusão de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstas na fixação das despesas para o exercício de 2023;

IV – Transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstas na fixação das despesas para o exercício de 2023.

§ 6º. As Fontes e Destinação de Recursos utilizadas na inclusão, transferência ou alteração deverão obedecer a codificação definida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 6º. Fica o poder Executivo autorizado, de acordo com o disposto no artigo 165, § 8º. da Constituição da República a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o valor das despesas de capital;

II - realizar operações de crédito até o valor das despesas de capital.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor no exercício de 2023, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG, 29 de Dezembro de 2022.

**Wanderlei Lemes Santos**  
Prefeito Municipal